

## A luta de classes no Estado brasileiro

Juarez Cirino dos Santos \*

O processo social e político brasileiro parece ter ingressado em novo e acirrado estágio de luta de classes, marcado pela conspiração golpista da direita fascista, com a utilização oportunista de segmentos autoritários do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, com o objetivo de retomada violenta da Presidência da República, perdida em disputas eleitorais para representantes das classes sociais subalternas – no caso, Lula e Dilma. Como se sabe, em sociedades capitalistas o poder do Estado é exercido, normal e regularmente, por representantes das classes e categorias sociais do grande capital (bancos, indústrias, comércio, terra, serviços etc.) – e qualquer ruptura da hegemonia política burguesa produz mobilizações sociais das elites econômicas e financeiras, urbanas e rurais, para recuperar o poder político do Estado. Nessas situações, um golpe de Estado *direto* (como ocorreu no Governo de João Goulart) ou disfarçado de *impeachment* (como pretendem grupos fascistas contra a Presidente Dilma Rousseff) pode ser desencadeado, com violação da própria legalidade constitucional burguesa – no caso, incapaz de cumprir o papel de garantir a reprodução do poder político dominante da formação econômico-social.

Todos sabemos: se o nível de organização e de consciência política das forças populares e democráticas for suficiente, a luta de classes aberta pode inaugurar um período de revolução social, permitindo o avanço histórico da democracia real; caso contrário, pode ocorrer novo período de retrocesso social e de obscurantismo cultural, com o domínio ditatorial do poder político mediante perseguições, prisões, torturas e assassinatos de militantes e intelectuais revolucionários – em conjunto com o atual e permanente programa de encarceramento e de matança em massa de pobres e de negros, pelos sistemas repressivos do Estado capitalista.

Mais do que nunca, é preciso ter claro: o poder político existe como *relação de força*, conquistado no enfrentamento, ou melhor, na guerra entre as classes sociais. A proposição da *guerra* como *continuação da política* por outros meios (Clausewitz, *Vom Kriege*) é substituída pela proposição da *política* como *continuação da guerra* por outros meios (Foucault, *Il faut défendre la société*, 1976). O que Foucault descobre por pesquisas científicas, as classes dominantes sabem por experiência prática: o poder político é conquistado e mantido pela *guerra* contra as classes subalternas, com a *opressão* de classe pelo contrato de trabalho e com a *repressão* de classe pelo sistema penal.

No Brasil, a experiência política das classes subalternas ainda não permitiu descobrir o poder como *relação de força* e, a partir dessa descoberta, utilizar o poder do Estado para alterar a *correlação de forças* entre os agentes sociais, promovendo a organização e o avanço político das forças democráticas da sociedade. Pagamos o preço do noviciado: no poder do Estado, as classes subalternas permaneceram na crença romântica do progresso social por reformas jurídicas da legalidade burguesa – a forma legal da relação capital/trabalho assalariado. E ainda pior: reforçaram, de modo suicida, o poder do capital nas instâncias selecionadoras e decisórias dos conflitos sociais criminalizados (Ministério Público, Judiciário, Polícia, Tribunais de Contas etc.). A ignorância de que o *poder* existe como *relação de força*, manifestada sob a forma de *guerra* nas lutas políticas internas e, portanto, existente como mecanismo de *opressão* e de *repressão* social (FOUCAULT, *op. cit.*), pode explicar essa tendência autodestrutiva das forças subalternas no exercício do poder do Estado.

Sem intenções alarmistas, parece impossível negar a iminência de comoção social duradoura, com repercussões imediatas em toda América Latina, provocada pela cegueira ideológica e intolerância política de organizações partidárias e sociais conservadoras, atualmente excluídas da direção do Estado brasileiro – e que apostam no *quanto pior, melhor!* Mas, é preciso reconhecer, com a colaboração inconsciente da ingenuidade política das lideranças partidárias das classes subalternas, incapazes de usar a conquista do poder do Estado como instrumento para alterar a *correlação de forças* sociais e começar a construir uma sociedade verdadeiramente igual e livre.

Agora, não há recuo possível: se a ameaça é a *guerra* pelo poder, então não há tempo a perder.

\* Professor de Direito Penal da UFPR, Presidente do ICPC – Instituto de Criminologia e Política Criminal, Advogado Criminal e autor de vários livros nas áreas de Direito Penal e de Criminologia.